

O sistema de inventário e gestão de colecções do Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira

Sérgio Lira
CEAA | UFP

Resumo

Dá-se a conhecer o sistema de inventário e de gestão das colecções do Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira, tendo especial atenção aos aspectos relacionados com as utilizações possíveis desse sistema. Tais utilizações são as internas do museu, as de investigadores externos e as do público em geral. Nestas perspectivas, descrevem-se as principais funcionalidades do sistema.

Abstract

This paper aims at presenting the inventory and collections management system that is being developed for the Hat Industry Museum of S. João da Madeira, Portugal. The different uses of the system are described according to the requirements of the museum professional, of the researcher and of the general public.

Quando se iniciou o processo de constituição do Museu da Indústria de Chapelaria, não havia ainda projecto ou programa museológico definidos: a edilidade local preocupou-se em não permitir a perda de relevante espólio industrial e em adquirir o edifício, mas, para além da ideia genérica de que haveria de se constituir uma unidade museológica, nada mais estava realmente definido¹. Assim, uma das primeiras tarefas a que a equipa constituída para levar a cabo o projecto se dedicou foi a de conhecer o espólio já adquirido. Este era vasto em termos de número de peças e em termos de diversidade dessas mesmas peças: das pequenas ferramentas às grandes máquinas, dos acessórios para embelezar os chapéus a chapéus de variados tipos, de material de escritório a material de laboratório, passando por documentação riquíssima e muito numerosa, uma panóplia à primeira vista indistricável constituía o espólio disponível. Perante este cenário optou-se por uma medida imediata, de definição de uma ficha mínima de inventário provisório, e registaram-se de maneira sistemática todas as existências, associando etiquetas com numeração sequencial a cada peça. Havia a plena consciência de que tal processo era meramente provisório, mas a premência de conhecer o espólio, ainda que de forma abreviada, impunha-o. Listaram-se desta forma várias centenas de peças e muitos milhares de documentos. Esta primeira observação permitiu também constatar, em primeira abordagem, o estado de conservação das peças e avaliar os riscos imediatos de degradação. Para além de alguns casos mais delicados, verificou-se que uma percentagem significativa das peças estava em bom estado de conservação.

Durante o tempo em que este processo de conhecimento do espólio decorreu, enquanto se davam os primeiros passos para transformar um espólio informe numa colecção de museu, preocupou-nos sobremaneira a definição do que haveria de ser o sistema informático que viria a permitir o inventário definitivo e a gestão continuada das colecções.

¹ Acerca do processo de constituição do Museu, publicámos já alguns textos. Ver LIRA, Sérgio - "O Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira", in *Actas do Colóquio Reconversão e Musealização de Espaços Industriais*, Porto, no prelo; LIRA, Sérgio e MENEZES, Suzana - "The Hat Industry Museum of S. João da Madeira (Portugal)" in *Museological Review*, Leicester, Department of Museum Studies, vol. 7, 2001, pág. 68 a 71; LIRA, Sérgio - "Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira - Programa Museológico", in *Actas das I Jornadas de Museologia*, Câmara Municipal de S. João da Madeira, 2002, pp 85 a 93.

Procuramos no mercado, e constatámos que nenhum produto existia vocacionado especificamente para espólios industriais, e menos ainda algum que nos permitisse o cruzamento de dados e de tipos de *media* que pretendíamos para o Museu da Indústria de Chapelaria. Por outro lado, registámos as normalizações em utilização nos museus portugueses, especialmente naqueles ligados à RPM, onde defendíamos integrar o Museu da Indústria de Chapelaria. Não nos pareceu uma opção acertada enveredar pela adaptação de um sistema já existente e não concebido para as tarefas e para o tipo de espólio que tínhamos entre mãos. Decidimos, assim, avançar para a concepção de um sistema construído de raiz para o nosso Museu, apoiados na experiência que havíamos adquirido num outro projecto² e contando com a insubstituível equipa que a esse projecto tinha dado corpo. Lançamos o desafio ao Director do CEREM – UFP³ que o acolheu e decidiu levar por diante.

Para base conceptual do sistema que nos propúnhamos desenvolver estava o CRM (Conceptual Reference Model) do CIDOC-ICOM⁴. Em função dessa opção, viemos a participar em reuniões científicas⁵ onde apresentámos o nosso trabalho e a partir das quais o sistema desenvolvido para o Museu da S. João da Madeira se tornou do conhecimento da comunidade científica a nível mundial, recebendo dessa forma os contributos desejáveis.

Deixando os aspectos técnicos para análise própria⁶, e para a qual não pretendemos ter qualificação, cumpre especificar o que desejávamos para este Sistema e que resultados foram já obtidos em termos de funcionalidades e de opções de utilização. A primeira observação, neste domínio, prende-se exactamente com os utilizadores e com as diferentes utilizações a que um Sistema desta natureza deveria res-

² Referimo-nos à informatização e digitalização dos arquivos do CRUARB, encomendada pela Câmara Municipal do Porto a uma equipa da UFP, de que fazemos parte.

³ Professor Doutor Feliz Gouveia, Centro de Estudos e Recursos Multimidiáticos da Universidade Fernando Pessoa

⁴ Tal modelo está disponível em linha [<http://cidoc.ics.forth.gr/index.html>]. Ver neste Fórum da Antropológicas a publicação do artigo de Gouveia, Feliz acerca dos aspectos técnicos do sistema.

⁵ Congressos mundiais do CIDOC; pela primeira vez estivemos em Porto Alegre no Brasil em 2002, e depois em S. Petersburgo, na Rússia em 2003, apresentando, respectivamente as comunicações: “A Conceptual approach for non-material heritage: the case of the Hat Industry” e “Document Management and Information System at the Hat Industry Museum: using the CIDOC’s CRM”.

⁶ Ver nota 5.

ponder. Identificámos três utilizadores-tipo: o próprio Museu, através dos seus funcionários, nas tarefas de Inventário e Gestão das Colecções, em vários níveis de permissão de acesso e de leitura/registo/alteração; o investigador externo ao museu, com exigências especiais no que respeita a rigor de informação científica; o público em geral que deseje aceder a informações genéricas sobre a indústria, o espólio, o museu, a história local. O nosso Sistema haveria de ser capaz de dar resposta a todas estas solicitações. Além disso, desejávamos um sistema que fosse flexível e nos permitisse actualizações periódicas ou quando necessário; queríamos um Sistema que permitisse o diálogo com outros sistemas (e para tal a escolha do modelo conceptual foi decisiva). Enfim, precisávamos de um Sistema que não implicasse custos de instalação muito elevados e que também não implicasse custos excessivos de utilização corrente. As opções técnicas tiveram todas estas questões em conta. Daqui resultou o que neste momento está já em funcionamento, ainda que em fase de desenvolvimento, e que passamos a descrever, não na perspectiva técnica, mas na óptica do museólogo, do investigador, do público em geral, por esta ordem.

Para além da burocracia mais ou menos retrógrada e em alguns casos inevitável, que obrigará por exemplo à existência de um “Livro de Inventário” à moda antiga, com folhas cosidas, numeradas e rubricadas onde darão entrada por ordem cronológica as aquisições do Museu, a museologia actual e os pressupostos teóricos de uma unidade museológica como a que projectámos para S. João da Madeira, exigem sistemas de inventário e de gestão das colecções com capacidades de reter, ordenar e fornecer informação francamente sofisticadas e que permitam o cruzamento de vários *media* (em especial *scripto*, *audio* e *video*). O Museu necessita de dar entrada de peças e colecções no seu inventário, de conhecer em pormenor as suas existências, de cruzar informação, de saber com rigor onde estão as peças em cada momento, de identificar com precisão o seu estado de conservação e o histórico dos processos de restauro a que foram eventualmente sujeitas, de poder organizar exposições temporárias com as existências em exposição permanente ou de longa duração e com as existências das reservas, necessita, enfim, de *gerir* as suas colecções de forma completa e capaz. O Sistema que o Museu terá à sua disposição permite a realização de todas estas tarefas.

O Sistema recebe informação acerca das peças (sejam elas uma máquina, uma ferramenta, um documento, uma fotografia, um *video* ou uma gravação *audio*) devendo para tal quem está encarregado da inventariação escolher a categoria do *item* a inventariar. Dentro de cada categoria há sub-categorias, determinadas em função das especificidades das peças. A inventariação passa, assim, por um processo de preenchimento de uma ficha, específica do *item* em questão: uma ficha de um documento de gestão administrativa de uma fábrica é evidentemente diferente de uma ficha de uma máquina⁷.

criar 'doc. gestão e admin'

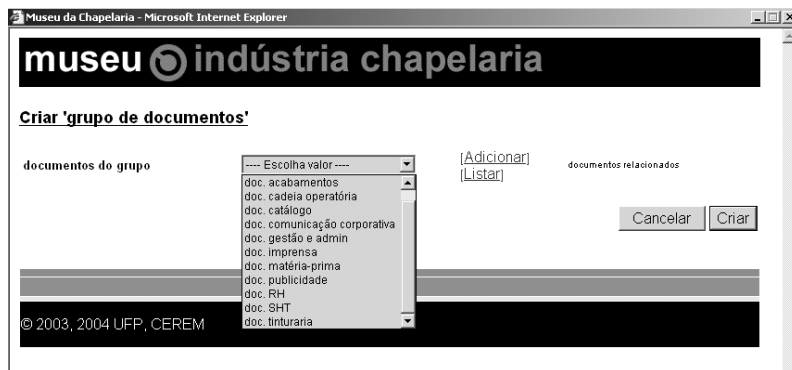
data de inventário	2004-03-18	data de inventário	2004-03-18
inventariante	3	inventariante	3
identificador	MIC-00000-D	identificador de catalogação	MIC-00000-D
estado de inventariação	completo	estado de inventariação	completo
estado de conservação	1	estado de conservação	?
local de cota	Centro de Documentação	local de cota	Centro de Documentação
descrição		descrição do item	
altura		altura	
largura		largura	
formato papel	A0	formato do papel	A0
aquisição	aquisição	forma de aquisição	[Adicionar]
abatimento	abatimento	abatimento	[Adicionar]
actividades	actividade	actividades	[Adicionar]

criar 'máquina'

data de inventário	2004-03-18	data de inventário	2004-03-18
inventariante	3	inventariante	3
identificador	MIC-00000-Q	identificador de catalogação	MIC-00000-Q
estado de inventariação	completo	estado de inventariação	completo
estado de conservação	1	estado de conservação	?
local de cota	Centro de Documentação	local de cota	Centro de Documentação
descrição		descrição do item	
diâmetro		diâmetro	
história da peça		breve história da peça	
material principal		materiais constituintes	
largura		largura (centímetros)	
materiais secundários		materiais secundários	
comprimento		comprimento (centímetros)	
marca		marca	
bibliografia		bibliografia de referência	
ano de fabrico		ano de fabrico da peça	
função		designação da função	
peso		peso	
unidades	Gr	unidades	Gr
designação comum		designação comum da peça	
designação técnica		designação técnica da peça	
outra designação		outra designação da peça	
marcação		marcação na peça	
tipo de marcação	chapa rebitada	tipo de marcação	chapa rebitada
marcações posteriores		marcações posteriores	
restrições		restrições especiais	
observações		observações	
modelo		modelo da peça	
sector	apropriagem	sector da cadeia operativa	apropriagem
número		número de fábrica	
elementos identificativos especiais		elementos identificativos especiais	
força motriz	eléctrica	força motriz	eléctrica
comandos		comandos	
sistema de segurança		sistema de segurança	

⁷ As imagens das fichas seguidamente representadas não estão completas; são apresentadas apenas a título exemplificativo, para demonstrar as diferenças substanciais entre os diversos tipos de fichas.

O passo seguinte, será o de relacionar o *item* inventariado com outros já existentes no sistema. Aqui encontramos dois tipos diferentes de relação: por um lado as relações pré-existentes que o Museu deve registar para conservação da memória; por outro, relações fruto da interpretação realizada pelo próprio Museu sobre as peças à sua guarda. Vejamos o primeiro caso, exemplificando: estamos a inventariar fichas médicas que nos chegaram no espólio documental de uma unidade fabril, e cada ficha tem associada um micro-radiografia, e, eventualmente, outros documentos, como seja uma relação de análises clínicas, uma carta, ou outros. Cada documento é inventariado por si próprio, mas não seria razoável perder-se a relação existente entre eles, uma vez que, por razões de condições mais favoráveis de conservação as radiografias devem ser armazenadas em ambiente diferente do do papel. Assim, o sistema permite que seja criado um “grupo de documentos”, com características próprias e onde estão associados os documentos que nos chegaram às mãos relacionados uns com os outros.



Vejamos agora o segundo caso, o de associações fruto da interpretação: determinado documento relata um passo da vida de um operário numa fábrica (faltas justificadas, por razões médicas); temos também uma entrevista com esse operário, realizada durante o trabalho de investigação relacionado com a indústria de chapelaria que tem sido levado a cabo, onde nos é relatado um acidente com uma máquina, que obrigou às tais faltas; temos ainda um video da máquina em causa, a

ser operada durante a fabricação. Parece ser interessante que todos estes elementos estejam relacionados uns com os outros, e que se possa aceder a qualquer um, em função do acesso a qualquer dos outros. Este tipo de associação é fruto de interpretação, uma vez que a máquina não nos chegou às mãos com marcas do acidente ocorrido, que a justificação de faltas não relata sofrimento (como a entrevista), e que a explicação do acidente feita pelo operário, por mais viva que seja, não substitui as imagens da máquina em funcionamento. O sistema permite realizar este tipo de associações, entre quaisquer elementos nele inventariados, disponibilizando essa informação de maneira evidente. O caso mais comum deste tipo de associação, actualmente em processo de inventariação, respeita à apresentação da cadeia operatória. Os itens associados são os objectos materiais usados na produção dos chapéus (máquinas ou ferramentas, por exemplo), a documentação associada a estas peças (instruções de funcionamento das máquinas, por exemplo), entrevistas com operários e ex-operários que descrevem os passos específicos da cadeia operatória, fotografias dos itens em questão e vídeos documentais do ponto da cadeia operatória em apreço⁸.

Uma vez inventariadas as peças e registadas as suas relações, o processo não se encontra encerrado, uma vez que a qualquer momento é possível enriquecer esse tipo de informação. Mas, para além dessas relações, as peças de um museu não são entidades absolutamente estáveis: sofrem degradação humana ou natural, sofrem intervenções de conservação ou de restauro, são empregues em exposições temporárias, são objecto de acções administrativas ou contratuais (realização de seguros por exemplo), podem ser emprestadas a outras instituições temporariamente, podem, enfim ter que ser abatidas ao inventário por razões justificadas. Assim, um peça inventariada, tem um “histórico” dentro do Museu e esse histórico deverá ser registado, permitindo sempre actualizações quando necessário. O Sistema, ao encontro desta necessidade, não apenas conhece as peças inventariadas, mas também permite registar e actualizar as acções de que foram objecto, conservando memória de todos esses registos. Desta forma, cada peça tem associadas as informações relativas à sua identidade à data da inventariação e as informações que constituem o seu histórico no Museu.

⁸ O investigador acede a todos estes itens no sistema, independentemente do ponto de entrada na base de dados.

Para além deste tipo de registo, o museólogo necessita também de constituir associações temporárias entre as peças (no sistema chamadas “pastas”), por razões várias: por exemplo para organizar uma exposição temporária, ou porque pretende levar a cabo uma determinada investigação que exige a reunião de um conjunto aparentemente incoerente de *itens*, ou porque a actualização do registo fotográfico das peças obriga a deslocamentos destas para local apropriado, enfim, por qualquer razão de gestão corrente das colecções. Respondendo a esta necessidade o sistema admite que quaisquer peças sejam temporariamente associadas, por qualquer critério, que se registe o seu deslocamento do local de cota habitual e que se aduza a razão dessa acção bem como a autorização necessária e indicação dos respectivos responsáveis. Ainda dentro deste tipo de funcionalidade, quem tiver acesso ao sistema com determinadas permissões, poderá realizar associações virtuais de peças como as acima descritas, apenas para seu uso pessoal e apenas com seu conhecimento pessoal, sem que os outros utilizadores do sistema a elas possam ter acesso.

E, referido o acesso e as permissões respectivas, importa explicar que o sistema reconhece os utilizadores internos do museu em três níveis: os que podem ler e alterar apenas as fichas que criaram, os que podem ler e alterar todas as fichas disponíveis, e um administrador que poderá, para além de ler e alterar as fichas existentes, apagar registos e alterar as permissões dos outros utilizadores. O acesso é realizado, para qualquer dos casos, com um nome de utilizador e uma senha, que o utilizador poderá alterar sempre que desejar. Em princípio, para os utilizadores internos, não haverá informações restritas, estando os limites apenas ao nível da possibilidade de alteração ou acrescento de informação.

Finalmente, o sistema oferece um completo acesso na pesquisa de informação, podendo os *itens* e as suas relações ser buscados por qualquer critério desejado. No modo de pesquisa, o sistema devolve listagens de casos que correspondem ao solicitado, podendo o utilizador pesquisar por qualquer campo (que inclui na listagem de resposta) podendo indicar, ou não, valores de pesquisa para os campos seleccionados.

O investigador que se dirija ao museu com intenção de usar o sistema para realizar o seu trabalho, receberá um nome de utilizador e uma senha de entrada que lhe permitirá a ceder às informações disponíveis, com as restrições que o administrador do sistema julgar necessário impor. Desta maneira, informações confidenciais (por exemplo fichas médicas de pessoas ainda vivas, entrevistas que não receberam autorização de publicitação, valores contratuais de negócios realizados pelo museu, entre outros) não estarão disponíveis. Naturalmente este tipo de utilizador não poderá alterar ou acrescentar informação ao sistema, pelo que apenas terá disponível o modo de pesquisa. Ao contrário do que acontece com os utilizadores internos do museu, este modo de pesquisa restringe as possibilidades e os critérios a empregar, bem como impede a indicação de valores de pesquisa para determinados campos (por exemplo, não fará sentido que um utilizador externo possa ou deva indicar qual o nome de código da *file* onde está armazenada a versão digital de um documento). Ainda assim e uma vez que se tratará de um utilizador que acede ao sistema com intenções de investigação, este tipo de restrição será apenas o essencial.

O último tipo de utilizador identificado é o público em geral. Estes utilizadores acederão ao sistema sem necessidade de *login* com nome de utilizador ou senha. Terão à sua disposição um módulo simplificado de busca de informação, onde os campos a pesquisar e os valores

desse campos que poderão ser indicados estarão muito restringidos. Impedir-se-á também a busca por critérios desinteressantes ou irrelevantes, de forma a não sobrecarregar o sistema. Naturalmente, e por maioria de razão, estes utilizadores não terão qualquer tipo de permissão de alteração ou acrescento de informação. Ainda assim, estará à disposição uma possibilidade de envio de mensagens para o administrador do sistema.

Falta, finalmente, referir as duas outras exigências que acima citámos e que haviam estado base da formulação do que desejávamos que o nosso Sistema fosse: flexibilidade e possibilidade de actualização e custos comportáveis a todos os níveis. De facto, da forma como o sistema está implementado, com a base conceptual que o sustenta e de acordo com a estrutura desenvolvida, pode, a qualquer momento e sem trabalho excessivo, ser acrescentado com um novo tipo de *item*. Tal entidade (que será vista como uma “ficha”) herdará as características da ramificação a que pertence, e será dotada de características específicas, na medida do necessário. Estando o sistema em linha, essa actualização será imediatamente disponibilizada a todos os utilizadores. Quanto a custos, foi idealizado um sistema que não exige aos seus utilizadores, quaisquer que eles sejam, a instalação de *software* específico nas suas máquinas. O acesso faz-se usando um *browser* de internet razoavelmente actualizado e pode, portanto, ser feito de qualquer ponto de acesso à rede. Assim, os *clientes* do sistema serão tantos quantos se desejar, sem necessidade de nenhuma instalação específica. Para além deste facto, permite-se desta maneira que todos os tipos de utilizador acima referidos acedam ao sistema de onde estiverem. Ou seja, a designação de “utilizador interno” que acima empregámos é meramente conceptual, uma vez que esse utilizador pode estar a inventariar de sua casa, ou do Brasil, desde que disponha de permissão de acesso. Bem como a designação de “público em geral”, que inclui quem se dirige ao Museu para, nas suas instalações, realizar as pesquisas que deseja. O mesmo se aplica ao investigador a quem foi atribuído temporariamente um *login*: pode aceder de onde desejar, com as permissões próprias do *login* e não em função do local onde se encontra. Desta maneira, o Museu pode multiplicar livremente os pontos de acesso internos e pode permitir o acesso “vindo de fora”, transformando o sistema num verdadeiro veículo de informação cultural e científica a todo o universo da rede.

No seu estado actual, o sistema conta com o módulo de inventariação que aceita todos os tipos de peça existentes no espólio do Museu, estando mais desenvolvido para a documentação *scripto*, um dos tipos mais complexos, em função das especificidades deste género de espólio. Mas também máquinas, ferramentas, material de laboratório, acessórios entre outros estão já em processo de inventariação. Iguamente é possível inventariar “actores” individuais ou colectivos⁹, bem como documentos *foto*, *audio* e *video*¹⁰.

Quanto ao módulo de pesquisa, e salvaguardada informação confidencial, o que neste momento se encontra disponível é o módulo mais completo, o que servirá no futuro apenas os utilizadores internos. Faltam ainda funcionalidades completas de impressão (neste momento apenas é possível imprimir as fichas preenchidas) que ficarão disponíveis quando o resto do sistema estiver estabilizado. Assim, e ressalvado o facto de este ser um sistema ainda em desenvolvimento, está já acessível através da morada <http://cerem.ufp.pt/chapeu> e poderão todos os que o consultarem e experimentarem enviar opiniões e/ou sugestões para slira@ufp.pt.

Porto, UFP, Fevereiro de 2004.

⁹ O ter “actor” é usado por fazer parte da nomenclatura do CRM – CIDOC. O sistema admite, no seu estado actual, a inventariação de actores individuais de duas qualidades: relacionados directamente com a indústria de chapelaria por aí trabalharem ou terem trabalhado e outros, não relacionados com a Indústria. A informação disponibilizada depende do grau de acesso do utilizador em causa, havendo o cuidado de proteger informações confidenciais ou cuja divulgação não foi devidamente autorizada. Quanto a actores colectivos, apenas estão previstos, neste momento, empresas, podendo no futuro ser criados outros tipos, conforme as necessidades.

¹⁰ A inventariação destes itens regista o seu tipo, designação do formato informático, duração e definição, entre outras características técnicas. A sua maior utilidade reside na relação estabelecida com outros itens inventariados.